

Termo de Referência de Monitoramento e Resgate de Fauna silvestre

Este termo de referência tem como objetivo estabelecer critérios e padronizar procedimentos relativos ao Monitoramento e Resgate de Fauna Silvestre no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causam impactos sobre a fauna silvestre no município de Porto Alegre.

Além dos critérios estabelecidos pela SMAM, os estudos de fauna deverão contemplar as restrições e condicionantes previstas na IN (Instrução Normativa) N.º 146/2007 do IBAMA, analisando-se caso a caso.

Art. 1º - A necessidade de elaboração do Programa de Resgate ou Salvamento de Fauna será definida pela SMAM.

Art. 2º - Para o procedimento de monitoramento e resgate de fauna em empreendimentos licenciados pela SMAM, não é necessário solicitar Autorização Ambiental específica, pois o mesmo constará como condicionante da respectiva licença ambiental a ser emitida.

Art. 3º - A concessão para realização de resgate ou salvamento de fauna na área do empreendimento e sua respectiva área de influência far-se-á mediante a apresentação dos resultados obtidos no Laudo de Fauna e apresentação do Projeto de Monitoramento de Fauna e Resgate ou Salvamento de Fauna.

Art. 4º - O projeto deverá ser solicitado na Licença Prévia- LP e apresentado com vistas a obtenção da Licença de Instalação LI, sendo que na LI constará o condicionante de execução do projeto.

Em casos onde não haja licença ambiental o projeto será solicitado e analisado antes da emissão da Autorização Especial para Remoção de Vegetais –AERV.

Art. 5º - No caso de diretrizes para Estudo de Viabilidade Urbanística –EVU, o projeto de Monitoramento e Resgate da Fauna Silvestre deverá ser previsto, analisado caso a caso.

Art. 6º - A SMAM, por decisão justificada tecnicamente, poderá modificar os procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre de acordo com as características do empreendimento.

Art. 7º - A destinação e o transporte de animais para instituições depositárias deverá ser feito mediante normas específicas da SMAM (Autorização de Transporte de Fauna Silvestre).

Art. 8º - O Programa de Monitoramento de Fauna deverá apresentar:

- 1 - descrição e justificativa detalhada da metodologia a ser utilizada, incluindo a escolha dos grupos a serem monitorados;
- 2- composição das equipes de resgate, incluindo currículo dos responsáveis técnicos e suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica.
- 3 - detalhamento da captura, tipo de marcação, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares capturados ou coletados (vivos ou mortos), informando o tipo de identificação individual, registro e biometria.
- 4 - seleção e justificativa de áreas controle para monitoramento intensivo da fauna silvestre. Nestas áreas não deverá ocorrer soltura de animais. O tamanho total de áreas controle a serem monitoradas deverá ser representativo, contemplando todas as fitofisionomias distribuídas ao longo de toda a área de influência;
- 5 - seleção de áreas de soltura de animais para aqueles empreendimentos onde a realização do resgate de fauna será necessária. Essas áreas devem apresentar o maior tamanho possível, observadas a similaridade dos tipos de habitats de proveniência do animal a ser solto e a capacidade suporte da área;
- 6 - mapas detalhados das áreas controle e das áreas de soltura;

- 7 - cronograma das campanhas de monitoramento deverá ser apresentado a SMAM indicando o numero de vistorias ao local e o envio dos relatórios de acompanhamento.
- 8 – programas específicos de conservação e monitoramento para as espécies ameaçadas de extinção, contidas em lista oficial, registradas na área de influência direta do empreendimento, consideradas como impactadas pelo empreendimento.
- 9 – quando necessário, o Monitoramento posterior deverá ser realizado por no mínimo 2 (dois) anos após o início da operação do empreendimento, devendo este período ser estendido de acordo com o as particularidades de cada empreendimento.
- 10 - Em caso de empreendimentos que contenham estruturas e equipamentos que minimizem o impacto sobre a fauna, deverá estar previsto o monitoramento desses para avaliar o seu funcionamento e eficiência
- 11- O resgate de fauna deve maximizar a sobrevivência dos animais, devendo constar no Plano de Resgate de Fauna que os responsáveis pelo resgate nas frentes de trabalho terão autonomia, em qualquer momento, para reduzir o ritmo de supressão vegetal. Da mesma forma, deve estar claro que não é possível instalar qualquer frente de supressão vegetal ou limpeza do terreno sem a presença das equipes de resgate de fauna.
- 12 - Todos os animais capturados durante o Levantamento e Monitoramento deverão ser identificados até o menor nível taxonômico possível;
- 13 - No programa, deverão ser apresentadas as listagens das instituições interessadas em receber material zoológico (criadouros, zoológicos, museus e instituições de ensino e pesquisa), anexando manifestação oficial de cada uma delas.
- 14 - Nos resultados dos estudos, deverão ser apresentadas manifestações oficiais das instituições que receberam material zoológico (criadouros, zoológicos, museus e instituições de ensino e pesquisa), incluindo o número de tombamento.
- 15 - O programa de capacitação pessoal para as equipes de resgate deve incluir informação para pessoal de nível básico principalmente sobre manipulação de animais, priorizando onde encontrar os animais que devem ser resgatados à segurança dos animais e das pessoas que realizam a manipulação;
- 16 - Deverá ser previsto um Plano de Informação a moradores quanto a animais silvestres. Informar os moradores locais quanto a possíveis encontros com animais silvestres, provenientes da área a ser desmatada;
- 17 - Plano específico de desmatamento que deverá direcionar o deslocamento da fauna e auxiliar na execução do resgate, utilizando dispositivos que limitem a velocidade de desmatamento e favoreçam a fuga espontânea da fauna. Deverão também ser adotadas medidas, como por exemplo, cercamentos provisórios em pontos críticos que evitam acidentes ocorram. Também a forma de intervenção pode evitar tais acidentes.
- 18 - Destinação pretendida para cada grupo taxonômico da fauna resgatada, prevendo a remoção dos animais que poderão ser relocados para áreas de soltura previamente estabelecidas ou encaminhadas para centros de triagem, zoológicos, mantenedouros, criadouros ou ainda destinados ao aproveitamento do material biológico em pesquisas, coleções científicas ou didáticas;
- 19 - Detalhamento da captura, triagem e dos demais procedimentos a serem adotados para os exemplares coletados, vivos ou mortos, informando o tipo de identificação individual (marcação duradoura consagrada na literatura científica), registro e biometria.

- 20 - Contato com Centro de Triagem da Fauna Silvestre ou com Clínica especializada, universidade ou outro órgão para reabilitação de animais feridos ou debilitados;
- 21 - Os animais mantidos no centro de triagem ou clínica deverão receber cuidados específicos como alimentação, tratamento e ambientação dos recintos sob acompanhamento e responsabilidade de profissional qualificado para posterior destinação (conforme definida por SMAM e IBAMA);
- 22 - A destinação dos animais após tratados em CETAS ou Clínica deverá ter o de acordo do IBAMA ou SMAM;
- 23 - A equipe de resgate deverá manter um telefone de emergência que será publico aos trabalhadores da obra e moradores das proximidades da mesma.